

## AS ARMADILHAS DA LITERATURA: “A ÚLTIMA PALAVRA” DE RUBENS FIGUEIREDO

*LITERATURE TRAPS: “A  
ÚLTIMA PALAVRA” BY  
RUBENS FIGUEIREDO*

Rejane Pivetta de Oliveira<sup>1</sup>  
(UniRitter)

**RESUMO:** Alguns discursos em defesa da literatura, sob alegadas qualidades estéticas e ideais emancipatórios, acabam reforçando concepções canônicas que a conformam a um papel institucional, diluindo seu potencial de “resistência” à ordem social e política. Neste artigo, discutimos, num primeiro momento, a partir de Wolfgang Iser (2002), alguns fundamentos dos estudos humanísticos que sustentam a primazia da literatura; num segundo

---

<sup>1</sup> Doutora em Teoria da Literatura pela PUCRS; professora e coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Letras UniRitter, Porto Alegre, RS, Brasil. E-mail: repivetta@uniritter.edu.br

passo, examinamos o conto “A última palavra” (*Contos de Pedro*, 2006), de Rubens Figueiredo, demonstrando que a autorreflexividade da narrativa, ao contrário de instituir o elogio da literatura, evidencia o jogo de dominação e alienação ao qual ela serve de aliada.

**PALAVRAS-CHAVE:** primazia da literatura; discurso humanista; autorreflexividade; resistência; Rubens Figueiredo

**ABSTRACT:** Some discourses in defense of literature, under alleged aesthetic qualities and emancipatory ideals, end up reinforcing canonical conceptions that conform literature to an institutional role, diluting its potential of “resistance” against the social and political order. In this article, we first discuss, following Wolfgang Iser (2002), some fundamentals of humanistic studies that support the primacy of literature; in a second moment, we examine the short story “A última palavra” (*Contos de Pedro*, 2006), by Rubens Figueiredo, and demonstrate that self-reflexivity of the narrative, instead of instituting the praise of literature, shows the domination and alienation game to which it serves as an ally.

**KEYWORDS:** primacy of literature; humanist discourse; self-reflexivity; resistance; Rubens Figueiredo

## Literatura e Humanidades

Os modelos humanistas que serviram de referência à compreensão da literatura e das artes são ainda prevalentes. Trata-se de uma concepção de literatura forjada no seio de uma formação cultural que busca nos clássicos gregos modelos de civilização e racionalidade. Wolfgang Iser (2002), no ensaio “A dupla face do discurso humanista”, incluído no volume *O futuro da Universidade*, reconstrói a história das Humanidades, destacando o lugar da literatura nessa tradição e os impasses que enfrenta no tempo

presente. O autor destaca que as Humanidades, como modo de organização do conhecimento, tem uma história relativamente curta, situada no final do século XVIII e começo do XIX, com o declínio da retórica como arte da persuasão. Estando identificado à atividade de interpretação, o discurso humanista toma a literatura e as artes como objetos privilegiados de estudo, servindo, especialmente naquele contexto de institucionalização, ao “interesse dos românticos pelo legado nacional e pela tradição vernácula, dos quais se originaram as filologias nacionais, que, em larga medida, ainda hoje formam a estrutura institucional das humanidades” (ISER, 2002, p. 58).

A característica interpretativa das Humanidades torna esses estudos sempre abertos a novos objetivos, pois não há nenhum tema fixo sobre o qual a atividade hermenêutica deva aplicar-se. Isso assim ocorre porque o discurso humanístico, de acordo com Iser, caracteriza-se por uma dupla face: “por um lado, concebe a função das humanidades de uma perspectiva contextual; por outro, reavalia seu papel nessas realidades contextuais” (ISER, 2002, p. 56). O ponto relevante é justamente o fato de as Humanidades não tomarem o mundo como algo dado e acabado, passível de ser descrito e explicado de maneira segura e comprovada, conforme os paradigmas das ciências ditas “duras”. Trata-se de um outro modo de lidar com os objetos, como parte de realidades contextuais que “oferecem sistemas de referências (*frames*), estabelecendo assim parâmetros para o discurso humanista” (idem, p. 56).

Se assim acontece, então cumpre ao discurso humanista reavaliar continuamente sua capacidade de criar e transmitir valores relevantes para um mundo cada vez mais complexo, em que os quadros de referências são instáveis, fragmentados e culturalmente recortados. É nessa perspectiva contextual que a reflexão sobre a natureza e a função da literatura ganha corpo. A dificuldade que então se manifesta é quando a base de referências de um dado contexto social e cultural que fundamenta a ideia de literatura cristaliza-se em paradigmas supostamente universais, os quais se

impõem sobre a avaliação de realidades distintas, que não cabem nos modelos estéticos dominantes. Assim, atributos românticos e iluministas, tais como “patrimônio cultural”, “cultivo da língua”, “estético”, “bem espiritual”, “humanização”, “emancipação”, “direito”, entre outros, são, em grande parte, ainda hoje imputados à literatura, em termos que nem sempre se fazem acompanhar da necessária crítica.

A literatura talvez seja uma das manifestações mais prestigiadas no âmbito das chamadas humanidades. Em alguma medida, paira sobre a cultura literária uma aura de distinção e uma marca de prestígio, convertendo as obras e a própria figura do escritor em capital simbólico (BOURDIEU, 2007) que agrega mais valor à arte, seja como objeto de culto ou mercadoria. Na contramão da sociedade do espetáculo e do consumo, os discursos em defesa da literatura fazem questão de mantê-la numa posição sacralizada, como último reduto das “grandes questões da humanidade”. De fato, muito do alegado valor da literatura no mundo contemporâneo passa pela afirmação do poder emancipatório e das ditas qualidades estéticas, encarregadas de oferecer padrões mais elevados de compreensão sobre os seres humanos e a sociedade.

Contudo, a literatura, nos seus próprios termos, não se apresenta como um modelo, um “guia” para instruir sobre a plena realização humana e social. A atribuição pedagógica à literatura está, antes, a cargo de grupos e instituições que tomam para si a tarefa de distribuir e valorar os bens culturais, numa espécie de “partilha do sensível” (RANCIÈRE, 2009), todavia desigual. Desse modo, a literatura serve à instituição de modelos supostamente universais do humano, assim como de certos modos de leitura reforçadores de concepções e gostos que mascaram posições e interesses de ordem social, política e ideológica.

Na análise de Iser, os estudos culturais e a intensa politização da teoria literária não chegam a reverter esse quadro, uma vez que não se constituem em um sistema de referências com poder suficiente

para impor suas reivindicações, e tampouco servem para renovar a função da literatura. Na avaliação de Iser, os discursos de oposição geram uma diversidade de sistemas de referências, contudo

(...) realizam seus projetos dentro de organizações institucionais antiquadas e utilizam a mesma retórica e até os mesmos sistemas de referências de tudo o que pretendem liquidar. Assim, acabam por debilitar o seu próprio esforço para instaurar sistemas de referências segundo os quais as humanidades poderiam ser vistas como um empreendimento justificável ou ao menos atraente. De qualquer modo, tendo por base preocupações humanistas, parece quase impossível projetar para o mundo uma noção capaz de validar o estudo da literatura e das artes nessa esfera (ISER, 2002, p. 73).

Em sua análise, Iser avalia que a retórica dos discursos de oposição apenas servem como veículo para romper orientações tradicionais, mas não estabelecem um sistema de referência com aceitação coletiva. Ou seja, apenas desloca os objetos de atenção – dos consagrados para os excluídos e marginais –, mas continua insistindo na luta por legitimação. Assim, na visão do autor, é o próprio cânone que se fortalece enquanto princípio norteador dos estudos literários, pois ele assume o valor de capital cultural, levando todos os grupos a reivindicarem esse *status* para suas obras.

Iser parece não deixar saída para as humanidades e os estudos literários, condenados, ao que tudo indica, à melancolia da perda de sua importância e à nostalgia do prestígio de tempos passados. Contudo, o autor identifica a tendência dos estudos transdisciplinares (os quais ganham, na Europa, a forma de “estudos regionais”) como capazes de romper com a divisão ocorrida no século XX entre o conhecimento e o uso que dele se faz (*idem*, p. 84), ou seja, superar a diferença entre a formação (*bildung*) e o treinamento vocacional. Com esta alternativa, Iser parece estar atento à necessidade de desenvolvimento de competências exigidas pelo mercado, desafio a ser enfrentado pelas humanidades. O simples treinamento

profissional, contudo, não é capaz de fornecer instrumentos para lidar com a complexidade cultural, mas aí pode estar um nicho para as humanidades, à medida que conseguir desenvolver, de forma articulada entre várias disciplinas, capacidades para a administração de relações interculturais – horizonte ainda utópico, para o qual as instituições ainda não estão preparadas, conforme assinala o autor (idem, p. 81).

No diagnóstico de Iser, “traduzir o conhecimento em ação passará a objetivo principal dos estudos transdisciplinares”, cabendo às humanidades “utilizar o conhecimento produzido para intervir na vida social” (idem, p. 89-90). Nesse cenário dos estudos humanistas transdisciplinares, legitimados pelo mercado, a literatura e as artes perderão seu antigo privilégio, conforme o prognóstico de Iser. A pergunta que naturalmente daí deriva é assim formulada: “Qual então o futuro da literatura e das artes, antes preocupações fundamentais do discurso humanista?” (idem, p. 91)

A resposta de Iser segue por uma via de fundamentação antropológica da literatura, entendendo que esta, sob a forma de ficção, opera a ultrapassagem dos limites cerceadores das possibilidades humanas de experimentar outras formas de existência – e nessa disposição básica para criar representações que suplantem as restrições impostas no plano da experiência cotidiana reside, para Iser, a dimensão intrinsecamente antropológica da literatura. Nessa medida, o “específico” da literatura, aquilo que ela pode melhor descrever, é a “auto-interpretação do homem” (ISER, 1996a, p. 10).

Não é o caso de aqui desdobrarmos os fundamentos da antropologia literária de Iser. Todavia, é válido apontarmos, tendo em vista pesquisas futuras, alguns contrapontos que merecem atenção crítica mais cuidadosa. Em primeiro lugar, não parece correto tornar os termos ficção e literatura como correspondentes. Embora Iser não os confunda (a ficção existe fora da literatura), o conceito de “ficção literária” corresponde ao que a modernidade define como literatura; portanto, não se aplica aos modos como essa prática existe

e existiu e às funções que desempenha e desempenhou em diferentes épocas e culturas.

Além disso, a ideia de literatura como “auto-interpretação do homem” é tributária de uma concepção também moderna de sujeito, aliada à pressuposição de um tipo de interação do leitor com o texto, em que este funciona, dadas as suas estruturas de negação e vazio, como espelho onde a subjetividade se projeta, exercitando o desdobramento de si, processo que Iser (1996b) descreve nos termos do conceito de “ato da leitura”. A opção de Iser pelo sistema referencial da modernidade parece evidente, parâmetro que endossa uma certa dimensão de universalidade compatível apenas com os termos do regime estético definido de acordo com este alinhamento.

As formulações de Iser estão a um passo de referendar a existência de um patrimônio literário universal, quiçá de uma “literatura mundial”, existente como tal em todos os países e regiões do planeta, formando uma imensa e única biblioteca, ordenada e classificada segundo os mesmos gêneros e parâmetros – uma anti-Biblioteca de Babel. Ou seja, Iser propõe um modelo de interpretação dado a partir de um pensamento tributário de valores da modernidade ocidental, segundo noções muito gerais de leitura, interação e subjetividade, no horizonte do que se convencionou chamar “literatura”.

O problema desse tipo de visão é o pressuposto de um entendimento restritivo de literatura, extensivo a todos os territórios e povos, como capaz de comportar toda a multiplicidade da experiência humana. Ao fim e ao cabo, Iser insiste em sustentar a relevância e a universalidade da literatura, não abrindo mão da velha função pedagógica de as obras conformarem imagens que instruem sobre o que seja o mundo e os homens. Por certo não podemos negar que a literatura seja a construção de sentidos humanos, mas caberia perguntar se essa forma de inscrever a relevância da literatura no espaço público, baseada em modelos *a priori* de leitura, de literatura e de humanidade, fruto do discurso da modernidade

ocidental, não corresponderia a um empreendimento totalitário, a despeito das boas intenções democratizantes e humanísticas.

E se, como sugere Marcos Piazon Natali, o impulso universalizante não passasse de uma forma de inscrição da diversidade no seio da cultura dominante, atenuando assim a diferença? O problema é que a incorporação do outro ao universal joga sempre a favor de um dos lados, no caso, da instituição literária. E se os índios das tribos amazônicas, ou os aborígenes australianos, ou os inúmeros povos originários da América Latina tivessem – e certamente têm – uma relação diversa com as práticas discursivas que insistimos em incorporar ao acervo literário mundial? É essa a reflexão proposta por Natali:

Chamar de literatura ou de ficção o que é outra coisa seria, portanto, uma forma dessa violência tradutora que abafa a diferença contida naqueles horizontes conceituais que incluem outras formas de entender a relação com os objetos verbais, a representação da realidade e o lugar do sujeito humano na criação e recepção de textos (2006, p. 42).

Melhor seria, quiçá, almejarmos um outro destino para a literatura, em que ela não necessitasse de defesas, nem de rótulos que a circunscrevessem em princípios de validade universal. O problema desse discurso tácito em favor da literatura é que, sendo depositária de elevados valores estéticos e ideais civilizatórios de alcance universal, escamoteia-se o fato de que sua validade e legitimidade muitas vezes alimentam-se da dominação e da hegemonia que contrariam os propósitos emancipatórios tradicionalmente atribuídos à literatura. Essa problematização não escapa à pena de alguns escritores, como Rubens Figueiredo, que faz uma espécie de autoanálise do processo de escrita, num jogo de autorreflexividade que, ao contrário de instituir o elogio da literatura, evidencia as forças de dominação e alienação, em favor das quais funciona como recurso.



## A literatura e seus engodos

O conto “A última palavra”, integrante do livro *Contos de Pedro*, de Rubens Figueiredo (2006), é especialmente produtivo para confrontarmos as implicações “humanistas” da literatura, a partir da autorreflexividade da narrativa. O conto apresenta a trajetória de Pedro associada aos modos de leitura e escrita assumidos pela personagem nos seus “anos de formação”. A história de Pedro começa a ser narrada pelo final, mostrando-o no ápice de uma carreira de escritor e alto funcionário da inspetoria de um ministério. A informação de que Pedro escrevia e já tivera um livro publicado serve de gancho para a narrativa refazer o passado da personagem. Assim, configura-se uma espécie de memória da experiência de formação do “escritor de sucesso”, resultante de uma trajetória meticulosamente planejada, conforme as regras sociais vigentes na dinâmica de forças do campo literário. De origem modesta e sem que sua família nutrisse grandes aspirações em relação a ele, Pedro dedica-se à leitura de contos, poemas e romances, como forma de se desvincular das condições de sua realidade e de projetar um outro lugar para si:

Em suma, Pedro extraía da leitura a imagem da sua vida como ele queria que fosse. Uma vida possível e tão viável que, às vezes, ao levantar os olhos do livro, ela parecia estar pronta, presente, ao alcance da mão, no vôo de uma mosca (FIGUEIREDO, 2006, p. 108).

A leitura, para Pedro, é uma experiência de “alheamento digno de surdos-mudos” (idem, p. 108), alimentada pela atitude servil da mãe em relação a ele, que lhe provém todas as condições para que ele usufrua do hedonismo da leitura. Na universidade, esse modo de lidar com os textos literários assume contornos mais nítidos, constituindo uma marca de superioridade, o selo de uma elite, uma maneira, enfim, de angariar influência, destaque, benefícios e

aprovação de professores e colegas. O interesse de Pedro dirige-se para a vida dos escritores, sobretudo daqueles que

viajavam muito - pelo país ou para o exterior, à convite ou à sua custa. Discursavam em congressos e cerimônias, assinavam colunas em páginas nobres de jornais e revistas, falavam na televisão, contratavam profissionais para cuidar dos negócios com seus livros, em seu país e no estrangeiro, jantavam e almoçavam com gente importante e a negócios, assumiam cargos públicos ou honoríficos bem remunerados – quer dizer: subiam na vida, subiam no que houvesse para subir” (FIGUEIREDO, 2006, p. 110-111).

A figura do autor interessa para Pedro não como uma categoria da ficção, participante do trabalho de criação, a quem cabe engendrar uma forma estética com alguma responsabilidade sobre o mundo - o que Bakhtin chama de autor-criador -, mas antes como a pessoa do escritor - o autor-pessoa, nos termos do mesmo Bakhtin (1992). Esse culto personalista do autor é comum aos colegas de faculdade de Pedro, alimentando a vaidade e o ânimo de rivalidade, aspectos que ressaltam na personagem Helena, “um talento bem abastecido de palavras e de formas” (idem, p. 111). Ela desafia seus colegas a escreverem contos e poemas e gaba-se de sua superioridade sobre eles. Os textos que Helena escreve mostram-se perfeitos e acabados, mas sua presença é de tal modo imposta a eles que prevalece sempre uma forma de leitura “em que, na verdade, não se lia nada” (idem, p. 114). Dessa forma, a ficção de Rubens Figueiredo assume um caráter autorreflexivo, à medida que questiona os papéis tanto do autor como do leitor, no contexto das instituições sociais – no caso, o ambiente acadêmico, a crítica literária e a mídia, onde eles se constituem e se legitimam.

Ao narrar a trajetória de personagens que se movimentam na cena literária como figuras autocentradas que desempenham os papéis de leitores e autores, o narrador, em terceira pessoa, com olhar externo e crítico (mas sem juízos), retira a aura da literatura e

embaralha os termos da distinção entre o dentro e o fora da ficção. Os encantos da literatura podem muito bem estar em estreita harmonia com os engodos da vida, impasse que a narrativa expõe ironicamente, sem sair em defesa das presumíveis qualidades intrínsecas da literatura. Antes ao contrário, o conto desmonta a ideia de literatura como um bem em si, ou como ficção “pura”, pois ela existe em conexão com as práticas que lhe conferem uma posição no mundo.

Rubens Figueiredo expõe a cadeia de manobras que se esconde por trás da carreira literária, notável em escala crescente no destino da personagem Pedro. Quando ingressa na pós-graduação, empenha-se em estreitar suas relações com os professores mais influentes, até tornar-se professor universitário. Porém, logo percebe que o salário “não casava com a figura que ele projetava para si nos anos à frente” (idem, p. 122). Assim, Pedro começa a fazer outros cálculos, que aparentemente nada têm a ver com a literatura, mas profundamente integrados em seus planos de obter aprovação em um concurso público no ministério, melhor remunerado. Assim,

Durante cinco meses nada mais leu, estudou ou pensou senão aquilo que dissesse respeito a matemática financeira, direito tributário, estatutos da administração pública e contabilidade (idem, p. 122).

A narrativa descreve os lances da calculada ascensão social de Pedro, em que os livros são o instrumento principal, todos submetidos à mesma lei (a)moral. A carreira de Pedro deslança após sua aprovação no concurso: recebe um prêmio por seu livro publicado, contrata agentes literários e consegue traduzir o seu livro em três países europeus. Pedro experimenta, enfim, o êxito e a glória que lhe confirmam o acerto do caminho escolhido.

O lugar onde Pedro trabalha é uma metáfora perfeita da “torre de marfim” que o isola da realidade. Instalado no oitavo andar do prédio do ministério, onde raramente recebe visitas, protegido por

uma barreira de antessalas que filtra todos os contatos, Pedro integra perfeitamente os exercícios de ficção à máquina de corrupção do serviço público:

Dava tempo para que a imaginação pusesse os personagens em movimento, dramatizasse os seus desejos, fizesse frutificar, na fantasia, cada uma de suas manobras. E só depois, à luz dessa visão completa, Pedro decidia até que ponto tomaria parte: a que cifra teria acesso e de que maneira. (idem, p. 130)

A vida de Pedro é planejada da mesma forma que um enredo de ficção, em que ele se inscreve como autor e personagem principal, dispondo meticulosamente todas as partes, com domínio completo da trama das ações. Quando da elaboração de seu segundo livro, Pedro é tomado por um desejo irrefreável de se tornar um escritor reconhecido:

Cismou de ser lido e admirado, de ser lembrado à luz limpa do que fosse lido – de ser apagado para renascer por inteiro na leitura e na releitura dos outros. Cismou de não se contentar com os frutos daquela outra leitura, tão familiar a ele, em que não se lia nada (idem, p. 132).

De maneira ainda mais insidiosa, Pedro não quer apenas parecer um bom escritor, mas tornar verdadeira sua impostura de escritor. Para isso, trata de compor uma obra discrepante, em que o tema e a linguagem constituem um anacronismo deliberado, para dar a impressão de um valor acima de qualquer contingência da realidade, afirmando a visão do próprio autor: “Mais valia ser discrepante, melhor fazer valer uma voz própria e deixá-la soar” (idem, p. 131).

A narrativa de Rubens Figueiredo, ao mesmo tempo que expõe as formas de mascaramento subjacentes à prática literária, mostra os mecanismos utilizados pela personagem para escamoteá-las: Pedro contava transformar-se, enfim, “no escritor conceituado e reconhecido

que no fundo sabia ser. O escritor que tinha todo o direito de ser” (idem, p. 133-134). A personagem forja uma consciência de si, tal como uma ficção que se impõe sobre a realidade.

Na parte final do conto, Pedro vai ao encontro de Helena, a fim de pôr em prática seu plano para ganhar respeitabilidade como escritor. Contudo, os reais motivos que o levam a se aproximar da antiga colega de faculdade são mantidos em segredo. O personagem pretende aproveitar-se do prestígio de elite conquistado por Helena, que publicara dois livros elogiados pela crítica, para conferir respeito às empresas que planeja criar: uma editora e uma rede de livrarias. Pedro oferece não só a promessa de emprego, mas também de publicação de um livro reunindo tudo que Helena havia escrito, “Um volume com capa dura, com prefácio, apêndices críticos, ou o que ela preferisse (id., p. 145)”. Helena entrega um volume de papéis a Pedro, mas destituída de qualquer ilusão romântica quanto aos encantos da escrita. Pelo contrário, sente-se satisfeita por se desfazer de um acúmulo de páginas escritas, para ela vazias e desprovidas de sentido:

As expressões mais simples lhe pareciam desajeitadas, espúrias, e unir quatro ou cinco palavras numa sequência, qualquer que fosse, redundava num gesto despropositado, postiço. Não produzia nenhum eco legítimo em seu pensamento nem no mundo. Elas só refletiam e personificavam aquilo que, em Helena e no mundo, havia de pior (idem, p. 139).

A trajetória de escritores de Pedro e Helena mostra que ambos cedem às mesmas pressões que os transformam em protagonistas do “mercado de ações” da literatura. Três meses após a visita de Pedro, no momento em que irrompe um escândalo de corrupção na inspetoria onde ele trabalha, Helena começa a ler a cópia dos originais do livro que ele havia entregue a ela, “reconhecendo que aquelas páginas eram, queriam ser, cada uma, não só um jogo, não só uma ferramenta, não só um negócio de compra e venda, mas sobretudo uma conquista de Pedro” (idem, p. 147).

Helena lia com atenção, “reescrevendo frases, ajustando ideias, corrigindo contra-sensos, quase como se o livro fosse seu” (idem, p. 148). O prazer da leitura dos originais é paralelo à satisfação de Helena em não encontrar, nos jornais ou noticiários de tevê que informam sobre as apurações do caso de corrupção, nenhuma menção ao nome de Pedro. O interesse pela leitura da obra acaba quando as notícias começam a rarear: “Quase de um dia para o outro, ela pôs de lado o livro e largou seu trabalho no meio de uma frase” (idem, p. 148). O prazer da leitura de Helena era alimentado pelo mesmo esquema de percepção e compreensão dos sentidos que empregava para ler a trama na qual o nome de Pedro estava envolvido no escândalo noticiado nos jornais.

A leitura que Helena faz do romance é dominada pela mesma letargia com que assiste às imagens flutuantes da tevê. Assim, na cena final, Helena aparece entregue a um sono paralisante, depois de preencher as horas de seu dia ligada aos aparelhos de rádio e tevê, tal como lemos na cena inicial, que mostra as cores do desenho animado da tevê refletidas no fundo dos olhos da filha de seis anos de Pedro:

Ele viu a boca da menina, que abria e fechava em silêncio, para se fazer dublar pelas vozes do desenho animado, visto e revisto cem vezes, todas as falas sabidas de cor. Viu sua filha, que lançava mão do feitiço da imobilidade para encarnar aqueles espíritos de uma vivacidade tão elástica, providos de mãos maiores do que árvores e olhos mais afogeados do que o sol. Viu a sua filha, que se empenhava em trazer para dentro da boca aquele mundo sem sangue, sem sede, sem outro tempo que não o de cada gesto (p. 104).

## Interrogações finais

Em “A última palavra” Rubens Figueiredo expõe a decadência moral, a alienação e o simulacro que impregnam a relação das personagens com os textos, trazendo à tona aspectos espúrios da

criação literária, ligados ao controle e à manipulação da linguagem, justamente no campo onde se acredita ela exista em plena liberdade. Pedro e Helena planejam meticulosamente cada passo de suas existências como se compusessem os destinos de personagens de ficção, jamais arriscando-se a experimentar outras posições que não as que lhes assegurem a satisfação pessoal de serem donos da “última palavra”, que fala por eles, em nome do mercado, da publicidade, dos meios de comunicação, da universidade, enfim.

A relação que Pedro e Helena mantêm com os textos renuncia à interpretação, âmbito por excelência das Ciências Humanas. O trabalho de leitura e escrita das personagens não é fruto de uma potência criadora, mas ao contrário, produz uma compreensão de contornos precisos, em que sentido, realidade e sujeito tornam-se coincidentes, expressão de uma verdade calculada. O texto literário, objeto de leitura e escrita das personagens, ao qual devotam a sua carreira, constitui um modo de programação da existência, segundo métodos e interesses nada “edificantes”. A racionalização dos sentidos é o princípio que orienta a compreensão que as personagens têm não só dos textos como da vida.

O modo como a narrativa de Rubens Figueiredo nos apresenta o universo da produção da leitura e da escrita alerta para uma outra crise e um outro perigo da literatura, que nada tem a ver com a incompreensão social do seu valor. A crise aponta para a armadilha que captura a literatura no âmago da instituição de si mesma como entidade. A narrativa de Rubens Figueiredo deixa o leitor com um grande incômodo: a literatura não é um objeto isolado de suas práticas, e são estas precisamente que instituem os significados da literatura no espaço público.

A questão envolve um debate sobre as implicações entre literatura e ética da linguagem, uma discussão sobre políticas da leitura e da escrita, sem o que o texto dificilmente será percebido como ação humana que intervém na construção de um mundo comum. Nesses termos, a linguagem não se reduz a um instrumento

de representação que fornece a imagem de um mundo a ela exterior, pois seu caráter é antes o de uma voz concretamente situada que, ao ser enunciada, tensiona lugares de representação, põe em evidência as posições, divisões e hierarquias sobre as quais os consensos e entendimentos são formados.

Dessa forma, a narrativa de Rubens Figueiredo desloca o lugar sagrado da literatura, desmistifica os processos de leitura e escrita, mostrando o quanto de programação e perversidade existe sob a aura de objeto de culto. Da mesma forma como Paul De Man (s.d.) trouxe da física o termo “resistência” - para significar um processo pelo qual a cognição sólida e eficiente, obedecendo a uma lógica gramatical, é destruída pelos deslocamentos retóricos da linguagem -, talvez seja preciso dar também aos discursos sobre a literatura uma resistência que não ceda a modelos e juízos prévios. Em sua acepção mais ampla, resistir significa opor uma força contrária ao movimento que intenta dominar e controlar o objeto. Assim a “resistência à literatura”, qual a “resistência à teoria”, formulada por Paul De Man, implica um constante alerta acerca do papel da literatura no jogo de produção e reprodução de sentidos e valores sociais.

## Referências

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Tradução de. Maria Emsantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1992

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução Fernando Tomaz, 10. ed. Rio de

Janeiro: Bertrand Brasil, 2007

FIGUEIREDO, Rubens. *Contos de Pedro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

ISER, Wolfgang. A dupla face do discurso humanista. In: \_\_\_\_; CASPER, Gerhard. *Futuro da universidade*. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2002.



ISER, Wolfgang. *O fictício e o imaginário: perspectivas de uma antropologia literária*. Tradução de Johannes Kretschmer. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996a.

ISER, Wolfgang. *O ato da leitura: uma teoria do efeito estético*. Tradução de Johannes Kretschmer. São Paulo: Editora 34, 1996b.

MAN, Paul de. *A resistência à teoria*. Lisboa: Edições 70, s.d.

NATALI, Marcos Piazon. Além da literatura. In: *Literatura e Sociedade*, São Paulo, n. 9, p. 30-43, 2006.

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível*. Tradução de Mônica Costa Netto. São Paulo: Editora 34, 2009.

Recebido em: 16/07/2016

Aprovado em: 05/08/2016